

Discurso na cerimónia de atribuição do título Honoris Causa  
pela Universidade de Lisboa

Foi aqui, na Cruz Quebrada, onde estudei, vindo de Santarém, que encontrei, como tantos outros da minha geração, um mundo diferente, um mundo onde efervesciam as lutas estudantis, os efeitos de maio de 68 em França, a oposição ao regime cada vez mais anacrónico, as lutas dos camponeses de Alpiarça ou dos operários da margem sul.

Em Algés, no Café Ribamar, juntavam-se todas as correntes e organizações políticas revolucionárias, de luta armada ou de formato de ativismo mais pacífico. Era uma verdadeira escola de formação cívica. Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Máximo Lisboa, Manuel Ferreira e os mais diferentes intelectuais tinham a sua mesa.

*Os Subterrâneos de Liberdade*, de Jorge Amado, era a nossa cartilha e as primeiras obras de Marx e de Engels circulavam discretamente.

Solidarizei-me com estas lutas, participei em alguns episódios, como era comum aos estudantes dos finais dos anos 60 e início dos

70, e o velho Instituto Nacional de Educação Física foi escola e palco de formação cívica.

Era o que se dizia um bom aluno. Com notas positivas elevadas. Mas sempre comprometido com a causa pública e, apesar do precoce desencanto pelo que dela foi feito, nunca deixei de ter uma voz própria.

Em julho de 1976 senti a primeira desilusão e renunciei para sempre a qualquer ativismo político partidário. Até aos dias de hoje.

Dediquei-me à minha profissão. Primeiro como professor de Educação Física, durante mais de 22 anos. Depois como professor do ensino universitário, durante quase uma década, em várias instituições, onde convivi com diferentes gerações de estudantes, sempre com o mesmo intuito – fazer do desporto uma peça central da educação e do desenvolvimento pessoal. Mais tarde, como técnico autárquico, procurei os mesmos caminhos: garantir, de forma inovadora para a altura, o direito ao desporto para cada um.

Tive os meus mestres: José Esteves, Teotónio Lima, Celorico Moreira, José Maria Noronha Feio e Melo de Carvalho.

Com eles aprendi a estudar o desporto enquanto prática corporal socialmente construída, que se transforma e adquire significações

e funções distintas em função dos diferentes atores sociais que as apropriam.

Escrevi muitas páginas, publiquei vários livros e realizei centenas de conferências. O desporto entendido como uma expressão da capacidade de rendimento corporal e que encerra um valor cultural, económico e político.

As ciências quantitativas e experimentais (a Fisiologia, a Biomecânica) e a aprendizagem motora hegemonizaram, num primeiro tempo, a compreensão do ato motor desportivo, marginalizando a investigação na área das Ciências Sociais e Humanas.

A História, a Filosofia e a Sociologia começaram por ter um papel lateral na abordagem do fenómeno desportivo, para, nos dias de hoje, ocuparem um lugar central na compreensão e interpretação da atividade desportiva tal é a sua pluridimensionalidade na forma de ver o desporto muitas vezes como um meio para uma vida saudável ou para uma estetização do corpo.

O problema é que o desporto não pode ser de todo visto por estas lentes meramente terapêuticas, porque o desporto é muito mais.

O desporto é um produto social anterior ao processo histórico. Houve momentos e comunidades onde o desporto não foi

imperativo ou necessário para as sociedades. O desporto não existia.

O desporto como fenómeno cultural e aquisição social está historicamente datado no processo civilizacional.

A evolução da motricidade humana e os seus diferentes usos podem ser fundamentados numa perspetiva antropológica, mas o aparecimento e o desenvolvimento do desporto, enquanto forma de medir e avaliar comportamentos corporais sob a regra da competição, só o podemos compreender no quadro de uma envolvente histórica, económica, sociológica e cultural.

Os valores do desporto situam-se não no plano da “motricidade” ou do corpo “espiritual”, mas do “corpo total” que encerra comportamentos com base no movimento e suscita o aparecimento de sentidos e condutas que, justamente, reivindicam uma certa dimensão cultural no modo de viver das comunidades.

Ver o desporto apenas como um meio para uma vida saudável ou para uma estetização do corpo, ou por perspetivas meramente terapêuticas, é diminuí-lo. O desporto não pode ser de todo visto apenas por estas lentes.

1894 é um momento inequívoco de uma instituição académica de referência que pretendeu afirmar o desporto e o olimpismo como elementos cruciais na formação e no desenvolvimento social.

Foi com essa visão que, na Universidade de Sorbonne, o barão Pierre de Coubertin fundou as bases do olimpismo moderno.

E anunciou o regresso da cultura milenar do olimpismo helénico naquele templo do saber académico, porque, de acordo com as palavras que proferiu nesse momento seminal, desde a Idade Média uma espécie de descrédito pairava sobre as qualidades do corpo, as quais foram progressivamente isoladas, inferiorizadas e escravizadas em relação às qualidades da mente.

Tratou-se, para ele, de um imenso erro cujas consequências científicas e sociais eram quase impossíveis de calcular. Resgatou esse erro junto das sociedades médicas e associações de professores de educação física que bem se lhe opuseram, mas que acabaram vencidas.

*Minhas senhoras e meus senhores*

Os problemas da situação desportiva nacional são particularmente vulneráveis a um conjunto de ameaças que, de há longa data,

enfermam o seu processo de desenvolvimento, as quais, apenas pontualmente, têm sido atenuadas.

O progresso, em diversos fatores de desenvolvimento, não se reflete no crescimento sustentado dos indicadores desportivos de referência. E isso deve ser motivo de preocupação e reflexão.

Porque, para além desta constatação, o desporto enfrenta um futuro com elevado grau de complexidade.

O constrangimento demográfico é porventura um dos seus maiores problemas.

A conjugação da diminuição da fecundidade e do aumento da esperança média de vida afetará não apenas os modelos de emprego, de formação e de segurança social.

Em 2022, Portugal tinha 1,3 milhões de pessoas com até 15 anos. Destes, 51% eram do sexo masculino e 49% do feminino. Em cinco décadas, o País perdeu quase metade dos seus habitantes mais jovens. Atualmente, Portugal é o segundo país da União Europeia com menor proporção de crianças e jovens na sua população. Este valor é apenas superado pela Itália. Por oposição, a Irlanda é o país mais jovem da UE (cerca de um quinto da população tem menos de 15 anos).

De um modo geral, toda a organização da sociedade, tanto nas instâncias do trabalho como do lazer, da saúde e da educação, como dos equipamentos sociais, será afetada por uma população cuja estrutura etária é, previsivelmente, nos próximos dez anos, traduzida por uma relação de 20% por segmento até 20 anos de idade, para mais de 30% por segmento acima dos 60 anos.

Sendo uma tendência comum à generalidade dos países europeus reveste-se em Portugal, dado o seu número reduzido de habitantes, de uma configuração especialmente preocupante.

Se acrescentarmos uma significativa emigração da população jovem ocorrida nos últimos anos, na procura de condições de vida e de empregabilidade que o País não consegue garantir, estamos perante um problema de enormes dimensões.

É inevitável que à mudança de estrutura demográfica da população correspondam mudanças de atitudes, nos valores e nas representações do desporto vigentes no quadro geral da sociedade.

As procuras desportivas serão, inevitavelmente, um painel de reflexo dessa transformação no plano quantitativo e qualitativo, e tenderão a acompanhar as alterações ocorridas na matriz identitária que moldou o conceito de desporto e o novo perfil demográfico exigirá uma adaptação do edifício organizacional.

Começar por compreender estas tendências é um primeiro passo para encontrar soluções que desobstaculizem a expressão e o desenvolvimento do desporto como facto cultural e como prática de excelência no contexto da sociedade portuguesa.

Daí que importe reconhecer os novos significados que o desporto representará para todos, os praticantes e os não praticantes, os beneficiários e os contribuintes do investimento social que o próprio desporto constitui e implica.

O desporto entendido como bem público cujos enormes benefícios se estendem bem para além do indivíduo que pratica esta atividade - e por isso objeto de apoio público e consagrado constitucionalmente como direito de todos os cidadãos - carece de ajustar o seu modelo de desenvolvimento às circunstâncias e dinâmicas sociais atuais.

Para que isso ocorra precisamos de estar melhor informados. Não é possível assumir estas exigentes responsabilidades, procurar inverter as circunstâncias e superar os condicionalismos que nos tolhem sem uma decisão informada, baseada em factos e análises rigorosas, nos diversos âmbitos de intervenção. Desde os atletas, aos treinadores, aos juízes ou aos dirigentes.

O défice de dados, informação e investigação atualizada representa uma das nossas maiores debilidades.



O impacto de opções baseadas no conhecimento sensível, ou na percepção pela experiência adquirida, marca a ténue diferença que separa o sucesso do fracasso. E isso tanto vale para o atleta que se prepara diariamente com o seu treinador, como para o dirigente que tem de tomar decisões estratégicas para o futuro da sua organização ou das políticas que conduz.

Não podemos navegar em sensibilidades e impressões que avulsamente recolhemos através das experiências que vamos acumulando em diversos contextos da nossa vivência desportiva, em diversas modalidades, em diversas organizações, em diversos cargos.

Sempre que recrutamos esse conhecimento sensível, carente de fundamento factual ou científico, para suportar os argumentos com que defendemos as nossas perspetivas, o risco de insucesso é elevado.

Como o é tendermos naturalmente a recrutar supostos exemplos de sucesso de outras latitudes como panaceia para os problemas, naturalmente específicos, da nossa realidade.

O desenho de políticas, a definição de orientações estratégicas, metas, objetivos e resultados e a planificação de programas desportivos necessitam de se fundar em factos e basear-se em diagnósticos aturados do contexto presente. De como chegámos

até ele e quais os cenários que se projetam para o futuro imediato e mais longínquo.

Para isso é vital aprofundar os laços entre o desporto e a academia. Quebrar as barreiras que comprometem essa relação exige do sistema desportivo a capacidade de se abrir ao exterior. Requer do sistema universitário a valorização do desporto enquanto objeto de estudo.

Esta aproximação entre a comunidade científica e as instituições socialmente melhor posicionadas para apoiarem a missão das instituições de ensino superior e investigação dedicadas às Ciências do Desporto reclama a continuidade desta área com autonomia própria no sistema científico nacional.

Reconheçamos, contudo, que é mais fácil o enunciado epistemológico que a sua concretização. Pelo que se torna necessário encontrar uma solução que seja capaz de acolher medidas de melhoria da situação.

É da maior importância convencer à luz de argumentos racionais e factuais os mais altos decisores políticos para a necessidade de serem promovidos ambientes e arquiteturas interinstitucionais capazes de proporcionar a continuidade e sobretudo o não desperdício dos proveitos da última década.

O desenvolvimento do desporto em Portugal necessita de recursos humanos mais qualificados que sustentem melhores práticas de intervenção e melhor organização estrutural e funcional.

Fundamentalmente, exige concertação entre as partes para verter o conhecimento científico produzido ao serviço do desporto, como fator crítico para a sua mudança e o desenvolvimento.

No contexto de austeridade que hoje atravessamos não é desejável desperdiçar recursos em investigações e trabalhos científicos que se esgotam nos muros da Universidade.

Não é possível continuar a viver na utopia que o caminho para a excelência se traduz apenas no aperfeiçoamento da relação treinador-atleta em horas de prática num pavilhão, numa pista ou piscina, dispensando o acompanhamento permanente e concertado de uma plêiade de competências técnico-científicas desde os níveis mais elementares da sua preparação.

Ou, de tempos a tempos, solicitar a avaliação do processo de treino e o aconselhamento pontual de um especialista, para corrigir desvios de percurso.

### *Caros Convidados*

Mandam os costumes da Academia e exige a tradição que dirija algumas palavras nesta cerimónia solene.

Cumpro o preceito, neste ato que hoje reúne em sessão pública, na presença do mais alto magistrado da nação, o claustro universitário, seguro da necessidade de engenho para traduzir por palavras tudo o que esta cerimónia representa.

A palavra primeira é de gratidão a V. Ex<sup>a</sup>, Magnífico Reitor, e na sua pessoa a todos os Doutores e demais intervenientes que, nas várias instâncias da Universidade de Lisboa, entenderam justificado conceder-me este título de Doutor Honoris Causa.

Simboliza que a Universidade olha o mundo à sua volta e traz para o seu seio protagonistas que entende considerar como seus pares, pois ser Doutor é atingir o mais elevado grau da nossa Academia, por aqueles cujos méritos de carreira, docente ou de investigação, se destacam.

É um momento de alegria, uma alegria partilhada com todos os que acompanharam o meu percurso académico, profissional e desportivo, mas é também um ato carregado de enorme responsabilidade figurar na galeria de personalidades notáveis e nomes incontornáveis da nossa história a quem a Universidade de Lisboa atribuiu este grau, nomeadamente perante o Presidente da República do meu País, que saúdo e a quem penhoradamente agradeço a presença.

Recebo, por isso, esta homenagem, na casa onde me graduei em 1975, muito honrado por tão elevado galardão, justificado muito mais pela vossa generosidade do que pelos meus méritos.

A minha segunda palavra é de reconhecimento ao Prof. Doutor Carlos Neto, que teve a seu cargo o pesado ónus de, na minha pessoa e no meu currículo, vislumbrar méritos bastantes para justificar, perante tão exigente assembleia e renomada universidade, a concessão do título de Doutor Honoris Causa.

Reconhecimento, meu Caro Professor Carlos Neto, pela mestria do saber e excelência de um percurso ímpar que me orgulho de acompanhar e se antevia nos primórdios de um percurso que há mais de cinquenta anos iniciámos nesta escola - então Instituto Nacional de Educação Física – impressivamente expresso na oração aqui proferida, cujo brilhantismo da prosa logrou realçar a modéstia de atributos e predicados do homenageado.

“Um país pode considerar-se realmente desportivo quando a maior parte dos seus habitantes sente o desporto como uma necessidade pessoal”

O momento seminal de Coubertin, fundador do Olimpismo moderno, baseou-se nesta visão. Como já referi, para ele, a cisão cartesiana entre corpo e mente tratava-se de um imenso erro cujas

consequências científicas e sociais eram quase impossíveis de calcular.

Porventura hoje, em Portugal, já não serão tão difíceis de avaliar.

À ciência, ao saber, ao conhecimento profundo e à investigação cabe um inestimável contributo para, nos dias que correm, reverter esta tendência e se voltar a afirmar que o carácter é forjado primeiramente pela forma como se educa o corpo, pois o corpo que pensa e a mente que age são unos e indivisíveis.

Com efeito, os problemas de literacia motora e desportiva, expressos na situação desportiva nacional, expõem a necessidade de construir uma matriz conceptual para o desporto, em Portugal. O desporto entendido como bem público, cujos enormes benefícios se estendem bem para além do indivíduo que pratica esta atividade - e por isso objeto de apoio público e consagrado constitucionalmente como direito de todos os cidadãos.

Também, por isso, serei devedor de um tributo e passo agora a ter uma enorme responsabilidade: o de estar à altura de saber honrar esta distinção.

Lisboa, 22 de novembro de 2023

José Manuel Constantino

Presidente do Comité Olímpico de Portugal